

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O Neodesenvolvimento e a natureza da Educação Profissional e Tecnológica: reflexões necessárias

Por: Michelli Aparecida Daros¹

michellidaros@gmail.com

Resumo:

O presente artigo é fruto dos estudos relacionados à expansão da Educação Profissional e Tecnológica e seus significados à classe trabalhadora, objetivo geral da pesquisa de doutorado da autora. No primeiro momento, apresentamos o contexto sociopolítico em que emerge a Educação Profissional e Tecnológica como política pública educacional, buscando compreender as suas relações com o projeto neodesenvolvimentista de Estado. No segundo momento, apresentamos dados quantitativos sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por fim, apontamos algumas tendências frente ao atual contingenciamento de recursos financeiros às instituições educacionais públicas.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Neodesenvolvimentismo, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Rezumo

Ĉi tiu artikolo estas la rezulto de studoj rilatigitaj kun la ekspansio de Profesia Instruado kaj Teknologia Edukado kaj ĝiaj signifoj al la laborista klaso, ĝenerala objektivo de la doktora esplorado de la aŭtoro. En la unua momento ni prezentas la soci-politikan kuntekston, en kiu Profesia kaj Teknologia Edukado ŝprucas kiel publika edukado, serĉante kompreni siajn rilatojn kun la neodevelopmenta ŝtata projekto. En la dua momento, ni prezentas kvantumajn datumojn pri la

¹ É doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP, é Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP e Graduada em Serviço Social Universidade Estadual de Londrina – UEL. É servidora pública federal, Técnica em Administração, atuando como Assistente Social, lotada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, na cidade de São Paulo/ SP. É revisora do periódico “Revista de Extensão do IFSP”. Coautora do livro “IV Fórum de Serviço Social na Educação: política de educação e o mundo do trabalho – movimentos e resistências?” (2016).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ekspansio de la Federacia Reto de Profesia kaj Teknologia Edukado. Finfine ni montras iujn tendencojn pri la nuna kontingento de financaj rimedoj al publikaj institucioj.

Ŝlosilvortoj: *Profesia kaj Teknologia Edukado, Neodevoluo, Federalaj Mezlernejoj de Edukado, Scienco kaj Teknologio.*

Abstract

This paper is a result of studies about the expansion of Professional and Technological Education and their meanings to the working class, general objective of the author 's doctoral research. In the first moment, we present the sociopolitical context in which Professional and Technological Education emerges as public educational policy, seeking to understand its relations with the neodevelopmental state project. In the second moment, we present quantitative data on the expansion of the Federal Network of Professional and Technological Education. Finally, we point out some tendencies regarding the current contingency of financial resources to public educational institutions.

Keywords: *Professional and Technological Education, Neodevelopment, Federal Institute of Education, Science and Technology.*

Introdução

O presente trabalho é fruto de estudos e análises do projeto de pesquisa da minha tese de doutoramento, que tem por objetivo central desvelar os significados da expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à classe trabalhadora. Apresentamos aqui uma análise preliminar de leituras, documentos e dados já analisados.

Este trabalho propõe a análise dos elementos centrais da expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), iniciada no primeiro mandato do Governo Lula. Trata-se da maior expansão da Educação Profissional já arquitetada no país. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são as instituições que têm protagonizado a espetacular expansão da EPT.

No primeiro momento do artigo, pretendemos abordar questões centrais sobre o projeto neodesenvolvimentista de Estado, iniciado no Governo Lula e expandido no Governo Dilma Rousseff. No segundo momento, apresentamos dados oficiais do

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Ministério da Educação (MEC) sobre a expansão da EPT que esteve em curso, ao menos até o ano de 2016.

Por fim, levantamos questões para reflexão sobre o futuro da EPT com o início do Governo Michel Temer e intensificação do contingenciamento de recursos destinados à EPT.

O cenário de uma expansão histórica: o neodesenvolvimentismo em questão.

Compreender e analisar o processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é uma tarefa complexa, inseparável de outro esforço igualmente complexo que é compreender a dinâmica capitalista no país e seus desdobramentos mais recentes.

Na última década, precisamente, após o primeiro mandato do Governo Lula, vários economistas e propositores das políticas sociais têm insistido em termos como o novo-desenvolvimentismo (CASTELO, 2012), o neodesenvolvimentismo (KATZ, 2016), ou ainda, o social-desenvolvimentismo (POCHMANN, 2010) para explicar a realidade econômico-social brasileira após o segundo mandato do Governo Lula. Mas, afinal, que desenvolvimento é esse? Há realmente algo inédito nesse processo?

As primeiras experiências desenvolvimentistas no Brasil estão relacionadas ao nacional-desenvolvimento, que datam o início da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. É nesse período que o processo de industrialização ganha impulso, numa tentativa de substituir as importações por produtos nacionais. Operou-se um bloco de poder entre Estado e burguesia. (CASTELO, 2012). O Estado passou a ser um grande incentivador dos interesses dos grupos industriais, um Estado corporativo (IAMAMOTO, 1982).

Outra experiência desenvolvimentista, amplamente conhecida, tem seus marcos no Governo JK, com a chegada de multinacionais, que passaram a investir nos setores de bens de consumo duráveis. (CASTELO, 2012). As duas experiências governistas tinham o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nacional-desenvolvimentismo como ideologia. De acordo com Castelo (2012), é no cenário das décadas de 1950/1960 que as teses sobre o desenvolvimentismo, nacional-desenvolvimentismo, subdesenvolvimentismo e a formação sócio histórica do Brasil e sua inserção na dinâmica capitalista se tornam caras aos autores Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e outros.

A aposta nacional-desenvolvimentista dos anos 1950/1960, que englobava um conjunto de políticas nacionalistas de protecionismo econômico, controle cambial e restrição ao envio de lucros ao exterior, reforma agrária, consolidação das leis trabalhistas, dentre outras medidas, foi abortada com a ascensão da autocracia burguesa em 1964.

A corrente neoliberal chega à América Latina no período das ditaduras militares. O Chile, dominado pelo general Pinochet e influenciado pelos *Chicago Boys*, é o primeiro país latino-americano a aderir à nova proposta de reordenamento capitalista. Outros países, sofreram gradualmente a consolidação do neoliberalismo na década de 1980, mas o grande marco da guinada neoliberal na América Latina é, sem dúvida, o Consenso de Washington, em 1989.

O Consenso de Washington (1989), idealizado por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceu uma cartilha econômica a ser seguida pelos países da América Latina. As principais medidas a serem adotadas pelos países latino-americanos: disciplina fiscal (redução de gastos estatais), reforma tributária (de maneira a incentivar a iniciativa privada), privatização das empresas estatais e abertura comercial à iniciativa estrangeira. O "pote no fim do arco-íris" seria a saída do subdesenvolvimento e, conseqüentemente o progresso econômico e social.

Quase uma década após o Consenso de Washington, os países latino-americanos, assolados pela dívida externa, com questões internas não resolvidas e urgentes como saúde, educação e reforma agrária, e com suas grandes empresas estatais privatizadas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

(principalmente, nos setores de água, energia, telecomunicações e transportes), perceberam o fracasso e o mal-estar social causado pelas medidas de Washington.

Nos anos iniciais da década de 2000, inicia-se um novo (ou velho) movimento político-econômico nos países da América Latina, principalmente, na Argentina e no Brasil (KATZ, 2016). Foi necessário pensar em novas formas de fortalecer as economias nacionais.

As produções de Bresser-Pereira (2011), Katz (2016) e Castelo (2012) apontam que há um novo processo de desenvolvimento econômico-social em curso no país, especialmente, após o segundo mandato do Governo Lula. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), os baixos índices de desemprego, o investimento do governo federal em áreas estratégicas como recursos energéticos, educação, valorização do salário mínimo e assistência social – momento em que os programas sociais de transferência de renda se tornam referência para o mundo- expressam mudanças significativas no Brasil em relação à década anterior. Embora os autores identifiquem um novo processo de desenvolvimento, um novo ou (neo) desenvolvimentismo, as concepções e críticas a respeito desse processo são diversas.

Bresser-Pereira (2011) é um dos grandes defensores do projeto econômico social do novo desenvolvimentismo. Para ele, nesse projeto, o Estado deve ser o indutor de oportunidades de investimento; aumentar a eficiência de seu gasto na área dos serviços sociais e culturais, de maneira que obtenha recursos para, sem aumentar a carga tributária, poder ampliar seus próprios investimentos. O Estado não deve concorrer com os investimentos privados, mas complementá-los e incentivá-los.

Pochmann (2010) afirma que o Brasil, a partir do Governo Lula, passou a transitar do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista. Para o autor, o social-desenvolvimentismo traz algo para além das experiências nacional desenvolvimentistas vivenciadas no período de 1930 a 1970. Com o novo modelo social-desenvolvimentista,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

reafirma-se a soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, passando o Brasil de devedor a credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional. Sobre o social desenvolvimentismo:

As políticas do governo Lula têm provocado transformações recentes na estrutura social brasileira, com sinais inequívocos de ascensão social. Em grande medida, a maior ampliação do rendimento dos segmentos mais pobres da população permite ascender para níveis maiores de consumo. Uma possibilidade de dimensionar o movimento de ascensão social ocorre por meio da identificação dos indivíduos cujo rendimento individual mensal cresceu, em termos reais, acima da renda per capita nacional. Entre 2001 e 2008, por exemplo, a renda per capita nacional cresceu 19,8% em termos reais. Nesse mesmo período de tempo, 19,5 milhões de brasileiros registraram elevação real em seu rendimento individual acima da evolução da renda per capita nacional. Ou seja, 11,7% do total dos brasileiros ascenderam seus rendimentos acima da média da evolução da renda per capita real do país. (POCHMANN, 2010, p. 55).

Katz(2016), em sua obra *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo e Socialismo*, no esforço de explicitar as principais ideias do neodesenvolvimentismo, descreveu os cinco elementos centrais para a compreensão desse projeto em curso. Numa publicação que data o ano de 2010, economistas estudiosos das teorias macroeconômicas estruturalistas, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se reuniram e publicaram as *Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo*. Com o objetivo de explicitar os pontos convergentes existentes nas duas análises, apresentamos sinteticamente as principais proposições acerca do neodesenvolvimentismo:

1) O Estado Forte - o projeto neodesenvolvimentista valoriza o intervencionismo do Estado, mas como ressalta Katz (2016), isso não implica em retomar ao velho keynesianismo, mas sim em organizar um certo equilíbrio e encontrar modelos capitalistas adequados para cada país. É importante afirmar que a presença Estatal, como também já lembrara Bresser-Pereira, não deve obstruir o investimento privado.



2) **Política econômica como fator de crescimento-** deve-se manter o déficit fiscal reduzido para estimular a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio. É necessário evitar a “doença holandesa”, ou seja, a valorização da exportação de *commodities* e recursos naturais em detrimento da ampliação interna da industrialização.

3) **Incentivo à industrialização e à produção de produtos nacionais.** Os economistas defensores do projeto neodesenvolvimentista defendem a industrialização e o desenvolvimento interno como forma de multiplicar o emprego urbano, uma vez que a **política econômica** deve perseguir o pleno emprego como seu objetivo principal, ao mesmo tempo em que garanta estabilidade de preços e financeira. (FGV, 2010).

4) **Redução da defasagem tecnológica-** o neodesenvolvimentismo deve promover a inovação local, ou seja, o desenvolvimento tecnológico interno nacional, mesmo que sejam necessários acordos com empresas transnacionais para absorção de conhecimentos e tecnologias.

5) **Redução da desigualdade econômica-** aumento do valor do salário mínimo legalmente determinado, ampliação de programas sociais de transferência de renda e, principalmente, a garantia de que a renda possibilite um padrão de vida e consumo razoáveis. (FGV, 2010).

Katz (2016), Castelo (2012) e Gonçalves (2012) criticam veementemente o modelo do novo desenvolvimento. Para os autores, em linha diametralmente oposta a Pochmann, o modelo iniciado no Governo Lula não se distancia da orientação neoliberal.

O deslumbramento pelo desenvolvimento é identificado por Katz (2016) como um mito, pelo fato de que o neodesenvolvimentismo se aproxima de concepções endogenistas, pelas quais todos os obstáculos ao desenvolvimento se situam no plano interno, como se o capitalismo financeiro não fosse mundial e como se o avanço industrial contemporâneo de certas economias não exigisse também, o retrocesso de seus competidores.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Para Gonçalves (2012), o novo desenvolvimentismo não passa de uma versão do liberalismo enraizado. O autor demonstra que, apesar da maioria dos defensores do novo desenvolvimentismo situarem esse modelo como uma superação do Consenso de Washington (1989), na verdade, ele não passa de uma revisão dessa convenção:

As formulações do novo desenvolvimentismo que surgem no Brasil apresentam-se como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetarismo) e ao neoliberalismo. Entretanto, há convergências significativas, principalmente na defesa do export - led growth (crescimento puxado pelas exportações) e ênfase na estabilidade macroeconômica. A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante) não os impedem de defender equilíbrio fiscal e taxa de câmbio competitiva, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimento estrangeiro direto). (GONÇALVES, 2012, p. 664).

Para Castelo (2012), o modelo neodesenvolvimentista não supera em nada os projetos da supremacia burguesa. Para o autor, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle da política externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma nova fase do desenvolvimentismo.

Sampaio (2012) afirma que o novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo é um termo utilizado para denominar as recentes transformações políticas e sociais no Brasil pós anos 2000, como a modesta retomada do crescimento econômico, ligeira melhoria na distribuição pessoal de renda, lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, aumento do consumo facilitado pelo sistema de créditos, o que leva a um endividamento das famílias brasileiras. Nas palavras do autor:

O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira (SAMPAIO, 2012).



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Segundo Sampaio (2012), o neodesenvolvimentismo busca conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, como o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ou seja, o comprometimento com o crescimento econômico nacional do país.

Concordamos com os autores KATZ (2016), CASTELO (2012), GONÇALVES (2012) e SAMPAIO (2012) que o neodesenvolvimentismo é um modelo econômico social, que não rompe com a ideologia neoliberal. Entretanto, há que se perceber que algumas mudanças no papel do Estado - não mais aquele Estado Mínimo, com disciplina fiscal e terceirizador de políticas públicas - modificaram também o curso de algumas políticas públicas na última década, que passaram a contar com mais investimentos do governo federal.

A Educação Profissional e Tecnológica é uma política pública que serve de exemplo a essa mudança na direção dos investimentos estatais. No período de 2003 até 2016, a Educação Profissional e Tecnológica teve a maior expansão de cursos e instituições (Institutos Federais) de sua história.

Não podemos deixar de enfatizar que a Educação Profissional e Tecnológica nasce como política educacional no contexto do neodesenvolvimentismo. A fim de problematizar a natureza e concepções da Educação Profissional e Tecnológica, propomos uma revisão bibliográfica e documental sobre as publicações acerca da Educação Profissional e Tecnológica, bem como um apanhado dos principais dados de sua expansão ao longo da última década.

Educação Profissional e Tecnológica como política pública: expansão e perspectivas.

Ao longo da história educacional brasileira, é marcante a presença da formação destinada aos trabalhadores. Os primórdios da Educação Profissional no Brasil estão

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

presentes no século XIX, quando o Brasil adotou o modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros – o que era considerada uma oportunidade para crianças e jovens pobres (MEC, 2009). Com a vinda da família real, em 1808, Dom João VI cria o Colégio de Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento do poder público e tinha por objetivo a educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

É somente no primeiro decênio do século XX, que a Educação Profissional é institucionalizada no país. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909 foi o marco dessa institucionalização.

A Educação Profissional sempre conectada às exigências econômicas e sociais do país, transmutou-se ao longo das décadas. E, no início da década dos anos 2000, aliada às exigências da sociedade do conhecimento², uma nova concepção de Educação Profissional emergiu no contexto neodesenvolvimentista, que mencionamos ainda há pouco: a Educação Profissional e Tecnológica.

Mas o que seria a Educação Profissional e Tecnológica? Uma política pública ou uma nova concepção de Educação Profissional? Em 2008, numa publicação do Ministério da Educação (MEC), gestores e idealizadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tentam elucidar a sua natureza:

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas

2. A sociedade do conhecimento, para Neves e Pronko (2013) se apóia no suposto da democratização social, ou seja, da redução de desigualdades sociais, pela via da ampliação do acesso à informação e ao conhecimento.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. (MEC, 2008, p. 09)

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica presente na publicação do MEC se destaca pela constituição de processos formativos direcionados à laboralidade - onde permeiam articulações entre ciência, tecnologia, cultura, conhecimentos específicos e de investigação científica. Em todas as suas modalidades de ensino, a EPT deve ter como garantia o tripé ensino, pesquisa e extensão. Por último, a EPT deve se relacionar diretamente ao território, ou seja, ao espaço regional e local para contribuir com o progresso socioeconômico do país.

Ainda, concebida num contexto neodesenvolvimentista de Estado, em que as políticas públicas têm uma relação simbiótica com o local e regional - com a tarefa de "desenvolver" o nacional-interno, a EPT, ao mesmo tempo em que se constitui numa concepção de educação, derivada da Educação Profissional - aliada à tecnologia, à sociedade do conhecimento- constitui-se invariavelmente, em política pública. Sobre a EPT como política pública:

O sentido de política pública que o atual governo adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, enquanto algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo. (MEC, 2008, p. 10).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Em relação aos aspectos normativos legais, o decreto n. 11.741/2008, estabelece os itinerários formativos da EPT:

[...]§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 2008).

Para que a oferta de cursos nas diversas modalidades de ensino previstas pelo decreto n. 11.741/2008 fosse possível, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Criados em 2008, no Governo Lula, os Institutos Federais resultaram da transformação de Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CEFETs), vale ressaltar que no processo de sua criação e expansão também foram construídas instalações novas. Atualmente, os Institutos Federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que também inclui Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, antigos Centros de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), que não se transformaram em Institutos Federais e a Universidade Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Os Institutos Federais têm a finalidade de desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis (educação básica e superior) e modalidades: ensino técnico de nível médio – prioritariamente na forma integrada da educação de jovens e adultos (integrando à elevação de escolaridade a um curso técnico- PROEJA), formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), educação superior (bacharelados e licenciaturas) e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e modalidades, formando cidadãos para



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

atuar nos diversos ramos da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.(BRASIL, 2010).

Alinhados à lógica expansionista do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), os Institutos Federais também têm participado de acordos e planos para a expansão de seus *campi* e a ofertas de cursos.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem vivido a maior expansão de sua história. A partir de dados divulgados pelo Ministério da Educação (2013), no período de 1909-2002 existiam 140 instituições federais que ofertavam a Educação Profissional, no período de 2003-2010, o número aumentou para 354. Em 2014, foram contabilizadas 562 instituições em atividade. O objetivo desta espetacular expansão é:

Expandir, interiorizar e consolidar a rede de Institutos Federais e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação, Profissional e Tecnológica e Superior; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais (BRASIL, 2013).

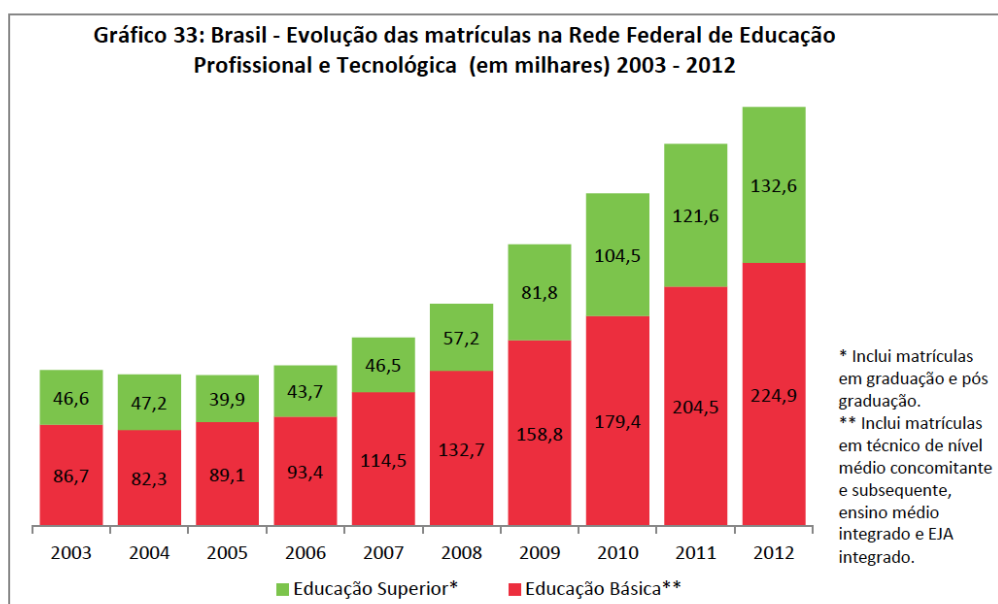
Além da expansão física e territorial dos Institutos Federais em todo o país, dados atualizados do MEC, até o presente momento, apontam a evolução no número de matrículas efetuadas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Gráfico 01- Evolução das matrículas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica- 2003-2012.



Fonte: Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015. MEC (2014, p.38).

De 2003 até 2012, houve um salto quantitativo considerável em relação ao número de matrículas na EPT, principalmente, quando observamos os dados referentes à educação básica: de aproximadamente 86.700 matrículas, em 2003, para 224.900 matrículas em 2012. Já no Ensino Superior, o salto foi de 46.600 matrículas (2003) para 132.600 (2012).

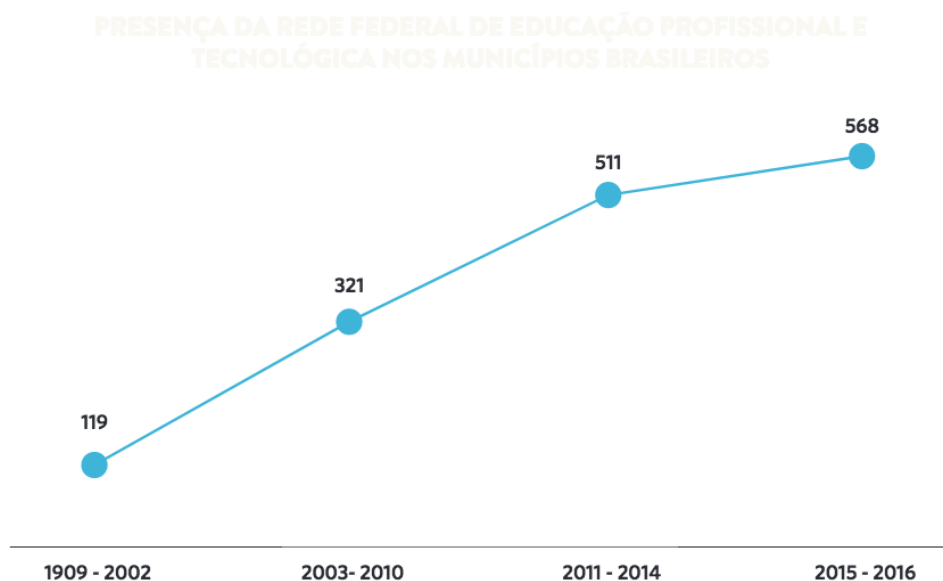
A inegável expansão das matrículas da EPT é justificada pela presença cada vez mais constante dos Institutos Federais nos municípios brasileiros. O gráfico abaixo aponta o crescimento do número de municípios que passaram a ofertar a EPT desde 2002 até 2016. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está presente em 568 municípios brasileiros (MEC, 2016).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Gráfico 02 – Presença da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica nos municípios brasileiros.



Fonte: Elaboração da autora com base em dados (MEC, 2016).

Os Institutos Federais (IFs) estão presentes em todos os estados do país, constituindo-se em 38 unidades administrativas (cada uma delas administra um número considerável de câmpus). Tais instituições para além da oferta de cursos nos municípios em que se instalam, devem atuar no campo dos processos decisórios, na intermediação dos interesses de diferentes grupos, utilizando-se de critérios de justiça social em virtude de sua função social como política pública. (PACHECO, 2011)

Ainda, os Institutos Federais devem ressaltar a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidas como fundamentais para a construção de uma *nação soberana e democrática (grifos nossos)*, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Entendendo que os Institutos Federais traduzem também, a presença do Estado central nos diversos territórios do país, observa-se, no cerne de sua criação e expansão a forte presença do Estado como gerente e definidor de políticas e, também, a sua função democrática, de realizar pactos sociais a favor de arranjos produtivos, sociais e culturais locais para o desenvolvimento local das regiões. (NEVES: PRONKO, 2008)

Aprender o significado dos Institutos Federais e de sua expansão é uma tarefa complexa, pois implica em considerar as influências dos organismos internacionais na formulação de políticas no âmbito da formação para o trabalho complexo e na massificação da educação terciária; a forte presença do caráter neodesenvolvimentista do Estado, presente na primeira década dos anos 2000; e a expectativa de que a Educação Profissional e Tecnológica, por meio de suas diversas vias formativas possibilite oportunidades de emprego aos trabalhadores, buscando a geração de renda e o desenvolvimento - objetivos que reforçam o ideário da sociedade do conhecimento- ou seja, de que a partir da aquisição de tecnologia e conhecimento é possível acabar com as desigualdades sociais . A finalidade dos Institutos Federais em formar cidadãos para atuar nos diversos ramos da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional transparece a complexidade de seu significado.

Deposita-se a responsabilidade da ordenação territorial e dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais aos Institutos Federais na execução da Educação Profissional e Tecnológica. Em outras palavras, a Educação Profissional e Tecnológica torna-se uma forte aliada ao desenvolvimento econômico-social.

O comprometimento da Educação Profissional e Tecnológica como veículo para a redução das desigualdades sociais e fortalecimento da economia interna no país, revigora os elementos desenvolvimentistas - que apresentamos no primeiro subtítulo desse trabalho: Estado forte, política econômica como fator de crescimento, incentivo à industrialização e à produção de produtos nacionais, redução da defasagem tecnológica e

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

redução da desigualdade econômica, no esforço de equacionar os nós que devem ser atados para que a expansão das forças produtivas passe a ser associada à solução dos problemas fundamentais da população (SAMPAIO, 2012), integrando assim, a Educação Profissional e Tecnológica ao fenômeno neodesenvolvimentista em curso.

À guisa de uma conclusão: o apontamento de tendências à EPT.

O trabalho aqui apresentado é preliminar de outra investigação mais ampla, ainda em curso: desvelar os significados da expansão da EPT à classe trabalhadora, objetivo geral da tese de doutoramento em curso. É de fundamental importância compreender o contexto histórico, político e social em que ocorre uma das maiores expansões educacionais de nosso país. Essa foi a tarefa que esperamos ter cumprido nesse trabalho, além claro, de trazer à tona dados sobre a expansão da EPT.

Entretanto, no espaço reservado às considerações finais, nos cabem mais questões: teria a EPT se consolidado como uma política educacional ao longo da última década? Seus gestores, idealizadores, trabalhadores e estudantes terão forças para defendê-la como uma política pública necessária, diante de uma reforma de Estado?

A história nacional recente foi marcada pela ascensão de Michel Temer à presidência da república. Ainda não sabemos ao certo todas as consequências desse fato político, entretanto, algumas medidas já aprovadas como a Proposta de Emenda Constitucional 241 (ou 55), que prevê um teto para os gastos públicos nos apontam caminhos para reflexão sobre o futuro das políticas públicas, em geral. Num período de 20 anos, os gastos públicos não deverão exceder os gastos realizados no ano anterior, acrescidos da inflação.

Em 2017, até o momento, registra-se um contingenciamento de orçamento no valor de R\$ 9,423 bilhões para as políticas educacionais, o que ameaça diretamente a estrutura e desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. Com a redução do fundo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

público disponível para a construção de novos IFs, abertura de novos cursos, contratação de professores e técnicos-administrativos, qual será o futuro da EPT? A privatização será o caminho trilhado? O "fundo do túnel" do projeto neodesenvolvimentista de Estado, seria então, o retorno às privatizações?

É necessário que pesquisas quantitativas e qualitativas a respeito da EPT e os seus impactos nos territórios sejam divulgadas, não apenas em ambientes acadêmicos, mas em outros espaços- como associações e sindicatos, a fim de fortalecer a natureza de política pública dessa política educacional.

Faz-se urgente compreender o papel que os IFs têm desempenhado na ampliação do acesso e democratização da educação pública brasileira. É necessário disputar a direção e sentido da formação dos Institutos Federais em todo o país, para que ela possa, de fato, constituir-se em possibilidade de democratização da educação à classe trabalhadora.

Referências

BRASIL. Decreto n. 6095, de 24 de abril de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm> Acesso em 01 dez, 2016

_____. Expansão da Rede Federal de Educação. Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 01 dez, 2016.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2010. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em 01, 2016.

BRASIL/ MEC. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica**, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&Itemid=30192> Acesso em 01 out.2016.

_____. Ministério da Educação. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 02 mai. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. "O Brasil e o novo desenvolvimentismo" *In: Interesse Nacional*, abr - jun, 2011. Disponível em <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

- [_brasil_novo-desenvolvimentismo_interessenacional_0.pdf](#)> Acesso em 01 dez/2016.
- CASTELO, R. “O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento” *In Revista Serviço Social & Sociedade*. n. 112. Edição Especial. 613-636.
- GONÇALVES, R. “Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado” *In Revista Serviço Social & Sociedade*. n. 112. Edição Especial. 637-671.
- KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. S/ loc: Expressão Popular, 2016.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.oc_download>. Acesso em: 01 out. 2016.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional etecnológica**. Brasília/ São Paulo: Santilhana/ Moderna, 2011.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil. Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. *Brasil em Debate*, vol. 2.Fundação Perseu Abramo, 2012.
- SAMPAIO, JR. P. A. “Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. n. 112. Edição Especial. 672-688. Carlos, 2011. p. 47-54. S.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.